

Sumário

DIREITO DO TRABALHO.....	29		
<i>Henrique Correia</i>			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	29		
✦ QUESTÕES.....	31		
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO	31	9.1. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO ...	87
1.1. PARTE HISTÓRICA	31	9.2. NULIDADES DO CONTRATO DE TRABALHO (TRABALHO ILÍCITO E TRABALHO PROIBIDO OU IRREGULAR).....	88
1.2. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO	37	9.3. TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADOS	90
1.3. FONTES	38	9.4. SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	91
2. PRINCÍPIOS.....	39	9.5. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	95
3. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	41	10. DURAÇÃO DO TRABALHO	97
4. REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES	42	10.1. LIMITAÇÃO À JORNADA DE TRABALHO.....	98
5. EMPREGADO.....	44	10.2. JORNADAS ESPECIAIS	99
5.1. EMPREGADOS BANCÁRIOS.....	50	10.3. HORAS <i>IN ITINERE</i>	101
5.2. MOTORISTA PROFISSIONAL	51	10.4. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO	102
5.3. TRABALHO EM FRIGORÍFICOS.....	52	10.5. TRABALHO NOTURNO	103
5.4. EMPREGADO RURAL	53	10.6. TRABALHO EXTRAORDINÁRIO (PRORROGAÇÃO DE JORNADA).....	103
5.5. EMPREGADO DOMÉSTICO	54	10.7. INTERVALOS.....	107
5.6. PROTEÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE.....	55	10.8. FÉRIAS	107
5.7. APRENDIZ	62	11. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	109
5.8. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER.....	66	11.1. SALÁRIO COMPLESSIVO.....	115
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	71	11.2. ADICIONAL NOTURNO.....	115
6.1. TRABALHO AVULSO	71	11.3. DIÁRIAS PARA VIAGEM.....	116
6.2. ESTAGIÁRIO	74	12. ESTABILIDADE	117
6.3. TRABALHO VOLUNTÁRIO	77	13. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.....	119
6.4. UBERIZAÇÃO	79	13.1. TRABALHO ESCRAVO E DEGRADANTE	127
6.5. TRABALHO DO PRESO.....	79	13.2. REPARAÇÃO DO DANO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	129
7. TERCEIRIZAÇÃO	80	14. AVISO-PRÉVIO	133
7.1. TRABALHO TEMPORÁRIO	83	15. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	133
8. EMPREGADOR	84	15.1. PRÁTICA DISCRIMINATÓRIA.....	139
9. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	86	16. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	145

17.	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	146	4.8.	CONTRATOS DE TRABALHO ESPECIAIS.....	239
17.1.	INTRODUÇÃO. INSTITUTOS BÁSICOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	146	4.8.1.	BANCÁRIO.....	239
17.2.	PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO.....	148	4.8.2.	BOMBEIRO CIVIL.....	240
17.3.	ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA.....	152	4.8.3.	MOTORISTA PROFISSIONAL.....	240
17.4.	PRÁTICAS OU ATOS ANTISSINDICAIS.....	166	4.8.4.	TRABALHO DESPORTIVO.....	245
17.5.	FONTES DE CUSTEIO DO SISTEMA SINDICAL.....	171	4.8.5.	ARTISTA.....	247
17.6.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA, DISSÍDIO COLETIVO E SENTENÇA NORMATIVA.....	175	4.8.6.	JORNALISTA.....	248
17.7.	VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO NORMATIVO.....	190	4.8.7.	PROFESSOR.....	248
17.8.	GREVE.....	194	4.8.8.	AERONAUTA.....	250
18.	MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO COLETIVOS.....	200	4.8.9.	AEROVIÁRIO.....	250
			4.8.10.	SERVIÇOS EM FRIGORÍFICOS.....	250
			4.8.11.	TRABALHO EM MINAS DE SUBSOLO.....	251
			4.8.12.	TRABALHO AQUAVIÁRIO.....	251
			4.8.13.	TRABALHO DO PRESO.....	252
			4.8.14.	TRABALHADORES EM CARTÓRIOS.....	252
✦	DICAS.....	203	5.	EMPREGADOR.....	253
1.	DIREITO DO TRABALHO.....	203	5.1.	GRUPO ECONÔMICO.....	253
2.	DOS PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO.....	209	5.1.1.	RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUBSIDIÁRIA.....	254
2.1.	PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO.....	209	5.2.	SUCESSÃO DE EMPREGADORES.....	254
2.2.	FONTES.....	212	5.3.	SÓCIO RETIRANTE.....	255
2.3.	INTEGRAÇÃO.....	213	5.4.	PODERES DO EMPREGADOR.....	255
2.4.	EFICÁCIA DAS NORMAS TRABALHISTAS.....	214	5.4.1.	PODER DE ORGANIZAÇÃO.....	256
2.5.	FLEXIBILIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO.....	215	5.4.2.	PODER DE CONTROLE.....	256
2.6.	RENÚNCIA E TRANSAÇÃO.....	215	5.4.3.	PODER DISCIPLINAR.....	258
3.	DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS TRABALHADORES.....	217	6.	ASSÉDIO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	259
4.	SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	220	7.	RELAÇÕES DE TRABALHO <i>LATO SENSU</i>	260
4.1.	EMPREGADO.....	220	8.	PROTEÇÃO DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..	261
4.1.1.	REQUISITOS NÃO ESSENCIAIS AO VÍNCULO DE EMPREGO.....	222	8.1.	SALÁRIO DO ADOLESCENTE.....	265
4.1.2.	NOVA REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO DADA PELA LEI Nº 14.442/2022.....	224	8.2.	DAS FÉRIAS DO EMPREGADO ADOLESCENTE.....	266
4.2.	CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL..	225	8.2.1.	DOS DIREITOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO DO TRABALHO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/90 E ALTERAÇÕES).....	266
4.2.1.	REGISTRO DE EMPREGADOS.....	226	8.3.	APRENDIZ.....	267
4.3.	EXIGÊNCIA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.....	226	9.	PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER.....	270
4.4.	EMPREGADO RURAL (LEI Nº 5.889/73).....	226	9.1.	LICENÇA-MATERNIDADE.....	271
4.4.1.	PECULIARIDADES DOS EMPREGADOS RURAIS.....	227	9.1.1.	DATA DE INÍCIO DA LICENÇA- MATERNIDADE (ADI Nº 6327/DF).....	272
4.4.2.	CONTRATO TEMPORÁRIO RURAL (ART. 14-A DA LEI Nº 5.889/73).....	227			
4.5.	TRABALHO DOMÉSTICO.....	228			
4.6.	EMPREGADO PÚBLICO.....	234			
4.7.	ALTOS EMPREGADOS.....	237			

9.1.2.	TEMA CORRELATO: LICENÇA- -PATERNIDADE (ADO Nº 20/DF)	273	10.9.	SALÁRIO EQUIVALENTE	284
9.2.	ESTABILIDADE DA GESTANTE.....	273	10.10.	QUARENTENA E REFORMA TRABALHISTA	284
9.3.	MEIO AMBIENTE DE TRABALHO.....	275	10.10.1.	SÚMULA Nº 331 DO TST.....	285
9.4.	PROGRAMA EMPREGA + MULHERES (LEI Nº 14.457/2022)	276	10.10.2.	REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	285
9.4.1.	DO APOIO À PARENTALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	276	10.10.3.	REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/2017	285
9.4.2.	DO APOIO À PARENTALIDADE POR MEIO DA FLEXIBILIZAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO.....	276	10.11.	PERÍODO DE QUARENTENA DO EMPREGADO TERCEIRIZADO	285
9.4.3.	DAS MEDIDAS PARA QUALIFICAÇÃO DE MULHERES	276	10.11.1.	SÚMULA Nº 331 DO TST.....	285
9.4.4.	DO APOIO AO RETORNO AO TRABALHO APÓS O TÉRMINO DA LICENÇA-MATERNIDADE.....	277	10.11.2.	REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	285
9.4.5.	DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E DE COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL E A OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DO TRABALHO	277	10.11.3.	QUARENTENA NA REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017)	285
9.4.6.	DO SELO EMPREGA + MULHER.....	277	10.12.	INAPLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO ÀS EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES	285
9.5.	LEI Nº 14.611/23 (LEI DE IGUALDADE SALARIAL) ..	277	10.13.	CONSEQUÊNCIAS DA LEI Nº 13.429/2017 PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	286
10.	TERCEIRIZAÇÃO	279	10.14.	REFLEXOS NA SÚMULA 331 DO TST	288
10.1.	GENERALIDADES.....	279	10.15.	DONO DA OBRA.....	288
10.2.	TERCEIRIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA EMPRESA.....	281	10.16.	TRABALHO TEMPORÁRIO	289
10.2.1.	TERCEIRIZAÇÃO NA SÚMULA Nº 331 DO TST.....	281	11.	CONTRATO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE TRABALHO	291
10.2.2.	REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	281	11.1.	RELAÇÃO DE TRABALHO X RELAÇÃO DE EMPREGO.....	291
10.2.3.	REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/2017	281	11.2.	CONTRATO DE TRABALHO	291
10.3.	QUARTEIRIZAÇÃO	282	11.3.	CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE TRABALHO ...	291
10.4.	REQUISITOS PARA O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS	282	11.4.	CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO ...	292
10.5.	REQUISITOS DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO.....	282	11.5.	CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE TRABALHO INTERMITENTE.....	292
10.6.	RESPONSABILIDADE DA TOMADORA.....	282	11.6.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	293
10.7.	DIREITOS DOS TERCEIRIZADOS	283	11.7.	TRANSFERÊNCIA DE LOCAL DE TRABALHO	295
10.8.	CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	283	11.8.	SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	296
10.8.1.	SÚMULA Nº 331 DO TST.....	283	11.9.	EFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	298
10.8.2.	LEI Nº 13.429/2017.....	283	11.9.1.	DANO MATERIAL E MORAL.....	299
10.8.3.	REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.467/2017 (REFORMA TRABALHISTA) ..	283	11.10.	COLETA, MINERAÇÃO, TRATAMENTO E PROCESSAMENTO DE DADOS.....	301
			12.	DURAÇÃO DO TRABALHO E JORNADA DE TRABALHO	302
			12.1.	LIMITE DE TOLERÂNCIA	304

12.2.	EMPREGADOS NÃO SUBMETIDOS À LIMITAÇÃO DE JORNADA	305	13.7.9.	SALÁRIO-EDUCAÇÃO.....	328
12.3.	REGIME DE TEMPO PARCIAL	305	13.7.10.	PIS/PASEP	328
12.4.	TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO	305	13.8.	SALÁRIO-UTILIDADE OU SALÁRIO <i>IN NATURA</i>	328
12.5.	HORAS <i>IN ITINERE</i>	307	13.9.	FORMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DO SALÁRIO....	329
12.6.	TRABALHO NOTURNO	307	13.10.	EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	330
12.7.	TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	307	13.11.	DESVIO E ACÚMULO DE FUNÇÃO	332
12.8.	COMPENSAÇÃO.....	308	14.	AVISO-PRÉVIO.....	332
12.9.	PERÍODOS DE DESCANSO.....	309	15.	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS.....	334
12.9.1.	INTERVALO INTRAJORNADA.....	309	15.1.	HIPÓTESES DE SAQUE DOS DEPÓSITOS.....	334
12.9.2.	INTERVALO INTERJORNADA	311	15.2.	CORREÇÃO DO FGTS.....	335
12.9.3.	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO (DSR).....	311	16.	ESTABILIDADE	336
12.9.4.	FÉRIAS.....	312	16.1.	ESTABILIDADE POR TEMPO DE SERVIÇO.....	336
13.	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	315	16.2.	ESTABILIDADES PROVISÓRIAS.....	337
13.1.	SALÁRIO MÍNIMO	316	16.2.1.	DIRIGENTE SINDICAL.....	337
13.2.	MODALIDADES DE SALÁRIO	316	16.2.2.	EMPREGADO REPRESENTANTE DA CIPA	337
13.3.	PARCELAS SALARIAIS (COMPOSIÇÃO DO SALÁRIO).....	318	16.2.3.	EMPREGADO ACIDENTADO	337
13.4.	GRATIFICAÇÕES.....	319	16.2.4.	EMPREGADO PÚBLICO	338
13.5.	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	320	16.2.5.	ESTABILIDADE GESTANTE E ADOTANTE (LEI Nº 13.509/2017)	338
13.6.	ADICIONAIS SALARIAIS	320	16.2.6.	ESTABILIDADE DO REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS (REFORMA TRABALHISTA).....	339
13.6.1.	ADICIONAL DE HORA EXTRAORDINÁRIA..	320	16.2.7.	DESPEDIDA E REINTEGRAÇÃO DO EMPREGADO ESTÁVEL	339
13.6.2.	ADICIONAL NOTURNO	321	17.	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	340
13.6.3.	ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA.....	321	17.1.	TEORIA DA NULIDADE DA DESPEDIDA ARBITRÁRIA – CONVENÇÃO 158 DA OIT.....	341
13.6.4.	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	321	17.2.	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA OU ARBITRÁRIA	342
13.6.5.	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.....	324	17.3.	PEDIDO DE DEMISSÃO	342
13.6.6.	ADICIONAL DE PENOSIDADE	326	17.4.	DISTRATO (REFORMA TRABALHISTA)	342
13.7.	PARCELAS SEM NATUREZA SALARIAL (INDENIZATÓRIAS).....	326	17.5.	JUSTA CAUSA: DISPENSA POR JUSTA CAUSA, RESCISÃO INDIRETA E CULPA RECÍPROCA	343
13.7.1.	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS – PLR.....	326	17.6.	DEMAIS HIPÓTESES DE TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	345
13.7.2.	AJUDA DE CUSTO.....	326	17.6.1.	TÉRMINO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	345
13.7.3.	DIÁRIAS PARA VIAGEM.....	326	17.6.2.	FORÇA MAIOR	346
13.7.4.	VALE-TRANSPORTE	326	17.6.3.	MORTE DO EMPREGADOR	346
13.7.5.	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO.....	327	17.6.4.	MORTE DO EMPREGADOR PESSOA FÍSICA (EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO).....	346
13.7.6.	PRÊMIOS	327	17.6.5.	MORTE DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL.....	347
13.7.7.	ABONOS.....	327			
13.7.8.	SALÁRIO-FAMÍLIA	327			

17.6.6.	FATO DO PRÍNCIPE OU <i>FACTUM PRINCIPIS</i> (PARALISAÇÃO TEMPORÁRIA OU DEFINITIVA DO TRABALHO)	347	24.	DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS	378
17.7.	DISPENSA COLETIVA	347	✦ SÚMULAS E ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO 379		
17.8.	HOMOLOGAÇÃO DAS VERBAS TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	348	1.	REGULAMENTO DE EMPRESA (NORMA REGULAMENTAR)	379
17.9.	QUITAÇÃO ANUAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	349	1.1.	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	379
18.	ESTADO DE CALAMIDADE E LEGISLAÇÃO DE EXCEÇÃO	350	2.	PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI	380
18.1.	LEI Nº 14.020/2020 E MP 1.045/2021, REJEITADA..	350	3.	PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	380
18.2.	LEI Nº 14.437/2022	351	4.	EMPREGADO	381
19.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	352	4.1.	DIRETOR ELEITO	381
20.	SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	354	4.2.	EMPREGADO BANCÁRIO	381
20.1.	DEVERES DO EMPREGADOR	355	4.3.	EMPREGADO RURAL	383
20.2.	DEVERES DO EMPREGADO	357	4.3.1.	ENQUADRAMENTO COMO TRABALHADOR RURAL	383
20.3.	MINISTÉRIO DO TRABALHO E NORMAS REGULAMENTADORAS SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	357	4.3.2.	PRESCRIÇÃO DO TRABALHADOR RURAL ..	383
20.4.	INTERDIÇÃO OU EMBARGO E INSPEÇÃO PRÉVIA	357	4.3.3.	SALÁRIO-FAMÍLIA RURÍCOLA	383
20.5.	ACIDENTE DE TRABALHO	358	4.4.	EMPREGADO DOMÉSTICO	383
20.6.	CIPA – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E ASSÉDIO	360	5.	EMPREGADOR	383
20.7.	DA COMPETÊNCIA PARA APRECIAR E JULGAR QUESTÕES LIGADAS AO AMBIENTE DE TRABALHO	361	6.	TERCEIRIZAÇÃO	384
21.	DIREITO COLETIVO	361	7.	CONTRATO DE TRABALHO	385
21.1.	LIBERDADE SINDICAL (CONVENÇÃO Nº 87 DA OIT)	363	7.1.	IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE EMPREGADO. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS	385
21.2.	ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA	363	7.2.	CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	385
21.2.1.	FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SINDICALISMO NO BRASIL	363	7.3.	DA NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO	385
21.2.2.	MODELO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL	363	7.4.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	386
21.2.3.	CUSTEIO DAS ENTIDADES SINDICAIS	366	7.5.	SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	387
21.2.4.	ASSOCIAÇÕES SINDICAIS DE GRAU SUPERIOR	368	8.	DURAÇÃO DO TRABALHO	387
21.3.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA (ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO)	368	8.1.	DURAÇÃO DO TRABALHO	387
21.4.	GREVE	372	8.2.	SOBREAVISO	387
21.4.1.	GREVE EM SERVIÇOS ESSENCIAIS	374	8.3.	FISCALIZAÇÃO DA JORNADA	388
21.4.2.	GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO	375	8.4.	HORAS <i>IN ITINERE</i>	388
22.	COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	375	8.5.	MOTORISTA, GERENTE E FERROVIÁRIO SUBMETIDOS AO ART. 62 DA CLT	388
23.	DA REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS (REFORMA TRABALHISTA)	376	8.6.	TURNO ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO	389
			8.7.	TRABALHO NOTURNO	389
			8.8.	COMPENSAÇÃO DE JORNADA	390

8.9.	JORNADA DO TELEFONISTA, JORNALISTA E ADVOGADO	390	9.12.1.	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	401
8.10.	INTERVALOS	391	9.12.2.	DIÁRIAS	403
8.11.	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS (LEI Nº 605/1949)	391	9.12.3.	VALE-TRANSPORTE	403
8.12.	FÉRIAS	392	9.12.4.	SALÁRIO-FAMÍLIA	403
9.	REMUNERAÇÃO	393	9.12.5.	SEGURO-DESEMPREGO	403
9.1.	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	393	9.12.6.	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	403
9.2.	AUMENTO SALARIAL CONCEDIDO PELA EMPRESA E SALÁRIO UTILIDADE	394	9.13.	EQUIPARAÇÃO SALARIAL	403
9.3.	COMISSÕES	394	9.14.	DESCONTOS SALARIAIS	404
9.4.	GRATIFICAÇÕES	395	9.14.1.	MULTA PREVISTA NOS ARTIGOS 467 E 477	404
9.5.	ADICIONAL DE RISCO DO PORTUÁRIO	395	9.14.2.	RESCISÃO DO CONTRATO. PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS	404
9.6.	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E ADICIONAL REGIONAL	395	9.14.3.	INADIMPLEMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS. FRUTOS. POSSE DE MÁ-FÉ	404
9.7.	ABONO PREVISTO EM NORMA COLETIVA	395	9.15.	REAJUSTES SALARIAIS E PLANOS ECONÔMICOS	404
9.8.	GRATIFICAÇÃO NATALINA OU DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	396	9.16.	EFEITOS FINANCEIROS DA ANISTIA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26/1985	405
9.9.	ADICIONAIS	396	10.	ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO	405
9.9.1.	ADICIONAL DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS	396	10.1.	ESTABILIDADE PROVISÓRIA	405
9.9.2.	ADICIONAL NOTURNO	398	10.2.	ESTABILIDADE PREVISTA NA CLT (DECENAL)	406
9.9.3.	ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA	398	10.3.	DIRIGENTE SINDICAL	406
9.10.	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	398	10.3.1.	ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO CONSELHEIRO FISCAL	406
9.10.1.	INTEGRAÇÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	398	10.3.2.	ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO DELEGADO SINDICAL	406
9.10.2.	CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES PERIGOSAS	399	10.4.	GESTANTE	406
9.10.3.	PERÍCIA	400	10.5.	ESTABILIDADE DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO	407
9.11.	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	400	10.6.	CIPA	407
9.11.1.	INTEGRAÇÃO	400	10.7.	DIRETORES DE COOPERATIVAS	407
9.11.2.	BASE DE CÁLCULO	400	10.8.	SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	407
9.11.3.	PERÍCIA	400	10.8.1.	SERVIDOR PÚBLICO DE FUNDAÇÃO REGIDO PELA CLT	408
9.11.4.	CLASSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE INSALUBRE. RELAÇÃO OFICIAL ELABORADA PELO MTE	401	10.9.	ESTABILIDADE PREVISTA EM REGULAMENTO INTERNO	408
9.11.5.	FORNECIMENTO DE APARELHO DE PROTEÇÃO	401	11.	FGTS	408
9.11.6.	SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	401	11.1.	INCIDÊNCIA DO FGTS	408
9.11.7.	CAUSA DE PEDIR	401	11.1.1.	NÃO INCIDÊNCIA DO FGTS	408
9.12.	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	401			

11.1.2.	ÍNDICE DE CORREÇÃO.....	408	13.2.	DECADÊNCIA.....	415
11.2.	MULTA DE 40% DO FGTS.....	408	14.	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	415
11.3.	CONTRATO NULO.....	408	14.1.	PODER NORMATIVO DO TST.....	415
11.4.	PRESCRIÇÃO.....	409	14.2.	VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO E DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. ULTRATIVIDADE.....	415
11.5.	EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.....	409	14.3.	CATEGORIA DIFERENCIADA.....	415
12.	AVISO PRÉVIO E TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	409	14.4.	MULTA PREVISTA EM INSTRUMENTO NORMATIVO.....	416
12.1.	AVISO-PRÉVIO.....	409	14.5.	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, CONFEDERATIVA E ASSISTENCIAL.....	416
12.2.	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	410	14.6.	ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	416
12.2.1.	FÉRIAS PROPORCIONAIS.....	410	14.7.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA.....	417
12.2.2.	DISPENSA DISCRIMINATÓRIA.....	411	14.8.	GREVE.....	417
12.2.3.	FALTA GRAVE.....	411			
12.2.4.	APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	411	✦	SÚMULAS E OJS DO TST QUE PODERÃO SER IMPACTADAS PELA REFORMA TRABALHISTA EM DIREITO DO TRABALHO.....	418
12.2.5.	DESPEDIDA IMOTIVADA DO SERVIDOR PÚBLICO.....	411	✦	INFORMATIVOS DO TST.....	419
12.2.6.	READMISSÃO.....	411	1.	REGULAMENTO INTERNO.....	419
12.2.7.	MULTA PREVISTA NO ART. 477 DA CLT.....	411	1.1.	REQUISITOS PARA DISPENSA PREVISTOS EM REGULAMENTO INTERNO.....	419
12.2.8.	TÉRMINO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS. PAGAMENTO DO SALÁRIO.....	412	1.2.	DESCUMPRIMENTO DE NORMA INTERNA.....	419
12.2.9.	CONTRATO NULO.....	412	1.3.	REGULAMENTO INTERNO – PROGRESSÃO HORIZONTAL POR MERECEMENTO.....	420
12.2.10.	QUITAÇÃO E COMPENSAÇÃO.....	412	1.4.	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.....	420
13.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	412	2.	BANCÁRIO.....	421
13.1.	PRESCRIÇÃO.....	412	2.1.	PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS.....	421
13.1.1.	PRESCRIÇÃO TOTAL.....	412	2.2.	GERENTE E GERENTE-GERAL DA AGÊNCIA.....	423
13.1.2.	PRESCRIÇÃO PARCIAL.....	413	2.2.1.	CONTROLE DE HORÁRIO.....	423
13.1.3.	AÇÃO RESCISÓRIA. PRESCRIÇÃO TOTAL E PARCIAL.....	413	2.2.2.	TEMPO DESPENDIDO NA REALIZAÇÃO DE CURSOS PELA INTERNET E À DISTÂNCIA..	423
13.1.4.	SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	414	2.2.3.	AUTORIZAÇÃO PARA SE AUSENTAR DA AGÊNCIA.....	423
13.1.5.	INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO.....	414	2.2.4.	GERENTE QUE POSSUI RESTRIÇÕES A DETERMINADAS ATIVIDADES.....	424
13.1.6.	RURÍCOLA.....	414	2.2.5.	QUEBRA DE CAIXA.....	424
13.1.7.	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.....	414	2.2.6.	ADVOGADO.....	425
13.1.8.	FGTS.....	414	3.	EMPREGADOR.....	425
13.1.9.	EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.....	414	3.1.	GRUPO ECONÔMICO.....	425
13.1.10.	AÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	414	3.2.	PODER DE FISCALIZAÇÃO OU CONTROLE.....	425
13.1.11.	MUDANÇA DO REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO.....	415	3.3.	INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	427
13.1.12.	COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO E AUXÍLIO FUNERAL.....	415			
13.1.13.	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	415			

3.4.	RESPONSABILIDADE E DANO MORAL	427	12.	FECHAMENTO DO ESTABELECIMENTO.....	454
3.5.	SUCCESSÃO TRABALHISTA.....	431	13.	DEPÓSITO DO FGTS.....	455
4.	TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA.....	432	14.	DISPENSA POR JUSTA CAUSA.....	456
4.1.	REQUISITOS DA TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA.....	433	14.1.	ATO DE IMPROBIDADE.....	456
4.2.	DONO DA OBRA – RESPONSABILIDADE.....	434	14.2.	RESCISÃO INDIRETA.....	457
4.3.	TRABALHO TEMPORÁRIO	435	14.2.1.	DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO (ART. 483, CLT)	457
5.	REVERSÃO	435	14.2.2.	DISPENSA EM MASSA.....	457
5.1.	GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	435	15.	PRESCRIÇÃO	458
6.	SUSPENSÃO DO CONTRATO	436	15.1.	PRESCRIÇÃO PARCIAL.....	458
6.1.	DEPÓSITO DO FGTS	436	16.	PRESCRIÇÃO TOTAL	460
7.	JORNADA DE TRABALHO	437	17.	PRESCRIÇÃO APLICADA AO EMPREGADO RURAL.....	461
7.1.	HORA <i>IN ITINERE</i>	437	18.	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	461
7.2.	SOBREAVISO	438	19.	SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	462
7.3.	TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO.....	438	20.	SINDICATO	462
7.4.	TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	439	20.1.	SINDICATO REPRESENTANTE DE MOTORISTAS.....	463
7.4.1.	PAGAMENTO EM VALOR FIXO MENSAL....	439	20.2.	COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	463
8.	PERÍODOS DE DESCANSO	439	21.	GREVE.....	464
8.1.	INTERVALO INTRAJORNADA	439	21.1.	EXIGÊNCIA DE APROVAÇÃO DA GREVE POR ASSEMBLEIA.....	465
8.2.	DSR E FERIADOS	441	21.2.	COMUNICAÇÃO APENAS DO “ESTADO DE GREVE” ...	465
8.3.	FÉRIAS	442	21.3.	DISPENSA COLETIVA. EXIGÊNCIA DE NEGOCIAÇÃO COM SINDICATO PROFISSIONAL	465
9.	REMUNERAÇÃO	442	21.4.	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – ILEGITIMIDADE ATIVA.....	466
9.1.	SALÁRIO COMPLESSIVO.....	443	22.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA.....	466
9.2.	PISO SALARIAL	444	23.	TÉRMINO DO CONTRATO.....	470
10.	ADICIONAIS SALARIAIS	444	23.1.	PARCELAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS	473
10.1.	ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA	444	23.2.	DISPENSA DISCRIMINATÓRIA	473
10.2.	ADICIONAL NOTURNO – JORNADA MISTA.....	445	24.	RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO / CATEGORIA	474
10.3.	ADICIONAL DE HORAS EXTRAS	445	25.	TRABALHADOR AVULSO.....	474
10.4.	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	446	26.	CONCURSO PÚBLICO.....	475
10.5.	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	448	27.	ATESTADO MÉDICO – CID	476
10.6.	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO	449	27.1.	LIMBO JURÍDICO PREVIDENCIÁRIO	477
10.7.	QUEBRA DE CAIXA	450	28.	DISSÍDIO COLETIVO	477
10.8.	VALE-TRANSPORTE.....	450	29.	EMPREGADO COM DEFICIÊNCIA	477
10.9.	DESVIO DE FUNÇÃO	450	30.	<i>HABEAS CORPUS</i>	478
10.9.1.	ACÚMULO DE FUNÇÃO	450	31.	PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	478
10.10.	CARGO DE CONFIANÇA	451	32.	TEMPO DE DESLOCAMENTO	478
10.11.	EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	452			
11.	ESTABILIDADE	452			
11.1.	ESTABILIDADE PREVISTA EM NORMA COLETIVA	453			
11.2.	EMPREGADA DOMÉSTICA.....	454			

33. AVISO PRÉVIO.....	478	PRINCÍPIOS – DO PROCESSO DO TRABALHO, CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO DO TRABALHO E PREVISTOS NO CPC/2015	610
34. APRENDIZ.....	479	DOS ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS.....	611
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO ...	481	DO PROCESSO.....	612
Felipe Bernardes		DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	614
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	481	DAS EXCEÇÕES.....	617
✦ QUESTÕES.....	483	AUDIÊNCIA TRABALHISTA	619
1. PRINCÍPIOS.....	483	DAS PROVAS.....	622
2. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	484	DA RESPONSABILIDADE POR DANOS PROCESSUAIS.....	627
3. TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	485	DISSÍDIOS INDIVIDUAIS E PROCEDIMENTOS.....	627
4. COMPETÊNCIA.....	487	DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO PROCESSO DO TRABALHO.....	630
5. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	496	SENTENÇA E COISA JULGADA	631
6. DISSÍDIO COLETIVO E PODER NORMATIVO.....	497	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NO PROCESSO DO TRABALHO	633
7. AUDIÊNCIA	506	EXECUÇÃO TRABALHISTA	634
8. CONCILIAÇÃO	508	RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO.....	638
9. PRAZOS	510	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	644
10. NULIDADES.....	512	1. REPRESENTAÇÃO.....	644
11. PROVAS	516	2. RECURSO. MANDADO DE SEGURANÇA.....	646
12. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	523	3. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	648
13. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO COLETIVA	526	4. CUSTAS PROCESSUAIS.....	648
14. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	540	5. RECURSO ORDINÁRIO.....	649
15. TUTELA PROVISÓRIA	541	6. EMBARGOS.....	649
16. SENTENÇA	543	7. PENHORA	652
17. CUSTAS PROCESSUAIS E DEPÓSITO RECURSAL.....	545	8. PRINCÍPIOS.....	653
18. RECURSOS	546	9. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....	654
19. COISA JULGADA	568	10. TESTEMUNHA.....	655
20. AÇÃO RESCISÓRIA	571	11. CONCILIAÇÃO	655
21. AÇÃO ANULATÓRIA.....	575	12. NULIDADES.....	655
22. EXECUÇÃO	577	13. PROVAS	655
23. MANDADO DE SEGURANÇA.....	585	14. PREPOSTO	656
24. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....	591	15. PRAZOS	656
25. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.....	592	16. COMPETÊNCIA	658
26. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	593	17. AÇÃO RESCISÓRIA	660
27. REPRESENTAÇÃO.....	597	18. RECURSO DE REVISTA.....	670
28. TEMAS DIVERSOS (MESCLADOS)	599	19. EXECUÇÃO	672
✦ DICAS.....	607	20. <i>JUS POSTULANDI</i>	674
DA JUSTIÇA DO TRABALHO: ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA.....	607	21. SENTENÇA E COISA JULGADA	674
		22. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	675

23. NOVAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	676	9.2. AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO NA OAB DOS SUBSCRITORES.....	686
24. AGRAVO DE INSTRUMENTO	676	10. PREPOSTO	687
25. REVELIA E CONFISSÃO.....	677	11. PRAZO	687
26. REVISÃO DE SENTENÇA NORMATIVA.....	678	11.1. DECADENCIAL.....	687
27. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	678	11.2. PRECLUSÃO CONSUMATIVA	687
28. AUDIÊNCIAS	679	12. COMPETÊNCIA	688
29. ATOS PROCESSUAIS.....	679	13. AÇÃO RESCISÓRIA	689
30. PROCESSO JUDICIÁRIO DO TRABALHO – CUSTAS E EMOLUMENTOS.....	679	14. EXECUÇÃO	693
		15. <i>JUS POSTULANDI</i>	695
✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	680	16. SENTENÇA E COISA JULGADA.....	696
1. REPRESENTAÇÃO.....	680	16.1. COISA JULGADA	696
1.1. IRREGULARIDADE.....	680	16.1.1. COISA JULGADA MATERIAL.....	696
1.1.1. ASSINATURA DIVERSA DO SUBSCRITOR.....	680	16.2. OFENSA À COISA JULGADA	696
2. BEM DE FAMÍLIA.....	680	17. AGRAVO DE INSTRUMENTO	697
3. MANDADO DE SEGURANÇA.....	680	17.1. DESPACHO EM RECURSO DE REVISTA.....	697
4. CUSTAS PROCESSUAIS.....	682	17.2. MATÉRIAS NÃO IMPUGNADAS.....	697
4.1. DESERÇÃO.....	682	18. REVELIA E CONFISSÃO.....	697
5. RECURSO DE ORDINÁRIO.....	683	18.1. REVELIA E CONFISSÃO FICTA	697
5.1. DEPÓSITO RECURSAL.....	683	18.2. CONFISSÃO REAL	698
5.2. INTEMPESTIVIDADE.....	683	BIBLIOGRAFIA	698
6. EMBARGOS.....	683	DIREITO CONSTITUCIONAL	699
6.1. INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 11.496/2007.....	683	<i>Paulo Lépora</i>	
6.2. PROTESTO JUDICIAL.....	684	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	699
6.3. INTERPOSIÇÃO POR MEIO DO SISTEMA E-DOC.....	684	✦ QUESTÕES.....	701
6.3.1. ASSINATURA DIGITAL FIRMADA POR ADVOGADO DIVERSO DO SUBSCRITOR DO RECURSO.....	684	1. CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO.....	701
6.4. ADMISSIBILIDADE	684	2. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS.....	706
6.5. EFEITO MODIFICATIVO	685	3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	708
7. PRINCÍPIOS.....	685	4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	710
7.1. AMPLA DEVOLUTIVIDADE.....	685	4.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS....	711
7.2. DEVIDO PROCESSO LEGAL	685	4.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	715
7.3. UNIRRECORRIBILIDADE	686	4.3. DIREITOS SOCIAIS	716
8. TESTEMUNHA.....	686	4.4. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	723
8.1. SUSPEIÇÃO	686	4.5. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	724
9. NULIDADE.....	686	5. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	726
9.1. AUSÊNCIA DE PREJÚZO.....	686		

5.1.	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	726	8.2.	PODER EXECUTIVO.....	840
5.2.	ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	729	8.3.	PODER JUDICIÁRIO	844
5.3.	SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	731	9.	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....	850
5.3.1.	PODER LEGISLATIVO.....	731	10.	PRECEDENTES E SÚMULA VINCULANTE	852
5.3.2.	PODER EXECUTIVO	736	11.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	853
5.3.3.	PODER JUDICIÁRIO.....	737	12.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	863
5.3.4.	SÚMULA VINCULANTE.....	739	13.	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	886
5.4.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	740	14.	TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO	888
6.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	742	15.	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	890
6.1.	CONTROLE DIFUSO E CONTROLE CONCENTRADO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	744	15.1.	EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PELO ESTADO	891
7.	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	750	16.	ORDEM SOCIAL.....	892
8.	TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO	751	17.	DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS.....	898
9.	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	752	DIREITO ADMINISTRATIVO	901	
10.	ORDEM SOCIAL.....	753	<i>Leandro Bortoleto e</i>		
11.	ADCT.....	760	<i>Luís Felipe Cirino</i>		
✦	DICAS.....	761	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	901	
1.	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	761	✦	QUESTÕES.....	903
2.	PODER CONSTITUINTE E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	771	1.	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	903
3.	DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	774	2.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	905
4.	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	775	3.	AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	912
5.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	776	4.	REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS: LEI Nº 8.112/90.....	915
5.1.	DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS....	781	5.	ATO ADMINISTRATIVO	923
5.2.	DIREITOS SOCIAIS	801	6.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL: LEI Nº 9.784/99.....	926
5.3.	DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	804	7.	LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO	927
5.4.	DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	807	8.	BENS PÚBLICOS.....	929
5.4.1.	SISTEMAS ELEITORAIS.....	809	9.	RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO.....	929
5.4.2.	IMPUGNAÇÃO DO MANDATO ELETIVO	811	10.	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92	930
5.4.3.	PARTIDOS POLÍTICOS	811	✦	DICAS	935
6.	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	812	1.	CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	935
7.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	822	2.	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	935
8.	SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	829	3.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	940
8.1.	PROCESSO LEGISLATIVO	837	4.	AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	948
			5.	REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	959
			5.1.	LEI Nº 8.112/90.....	959
			6.	PODERES ADMINISTRATIVOS	967
			7.	ATO ADMINISTRATIVO	971

8. PROCESSO ADMINISTRATIVO	976	✦ I. DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO....	1023
8.1. LEI Nº 9.784/99.....	976	1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E TEORIA GERAL.....	1023
9. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO NA LEI DAS ESTATAIS (LEI Nº 13.303/2016)	992	2. SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: ESTADOS, ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E PESSOAS NATURAIS. CONVENÇÕES DE VIENA DE 1961 E 1963. PRERROGATIVAS E IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DOS ESTADOS E DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	1023
10. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	993	3. ATIVIDADES DO ESTRANGEIRO NO BRASIL: LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	1025
11. BENS PÚBLICOS	1001	4. TRATADOS INTERNACIONAIS: VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. EXIGIBILIDADE E EFETIVIDADE. HIERARQUIA E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.	1026
12. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	1002	5. DIREITO NACIONAL E DIREITO ESTRANGEIRO. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	1026
13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1005	6. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	1028
14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92	1010	7. OMC E CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL. “DUMPING SOCIAL”, “CLÁUSULA SOCIAL” E “SELO SOCIAL”. PADRÕES TRABALHISTAS MÍNIMOS.....	1029
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....	1016	8. DIREITO COMUNITÁRIO E UNIÃO EUROPEIA. MERCOSUL. CONSTITUIÇÃO. LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES	1029
✦ STF.....	1016	✦ II. DIREITOS HUMANOS.....	1031
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1016	1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	1031
SERVIDOR PÚBLICO	1016	2. TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	1033
CONCURSO PÚBLICO.....	1017	2.1. TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E O ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL.....	1034
DEMISSÃO	1017	3. SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1034
DISPONIBILIDADE.....	1017	3.1. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS E SEUS TRATADOS E CONVENÇÕES	1035
REMUNERAÇÃO	1017	4. DIREITOS HUMANOS E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1041
TEMPO DE SERVIÇO	1018	✦ DICAS	1043
VITALICIDADE	1018	✦ I. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	1043
NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO (NEPOTISMO).....	1018	1. SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: ESTADOS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	1043
PODER DE POLÍCIA	1018	2. ÓRGÃOS DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS: AGENTES DIPLOMÁTICOS E REPRESENTANTES CONSULARES	1043
ATO ADMINISTRATIVO	1018	3. A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DOS ESTADOS: ORIGEM, FUNDAMENTOS, EXTENSÃO E LIMITES. IMUNIDADE DE EXECUÇÃO	1043
BENS PÚBLICOS.....	1018	3.1. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO	1043
✦ STJ.....	1018	3.2. IMUNIDADE DE EXECUÇÃO	1044
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1018		
SERVIDOR PÚBLICO	1019		
CONCURSO PÚBLICO.....	1019		
PROCESSO ADMINISTRATIVO	1019		
BENS PÚBLICOS.....	1019		
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1020		
IMPROBIDADE	1020		
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DIREITOS HUMANOS.....	1021		
<i>Paulo Lépre</i>			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1021		
✦ QUESTÕES.....	1023		

4. ATIVIDADES DO ESTRANGEIRO NO BRASIL: LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS	1044	17. DAS AÇÕES COLETIVAS	1104
5. TRATADOS INTERNACIONAIS: VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. EXIGIBILIDADE E EFETIVIDADE. HIERARQUIA E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	1047	✦ DICAS	1109
6. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	1049	1. MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	1109
7. OMC E CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL	1050	2. NORMAS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	1110
8. CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO: OS PRINCÍPIOS DA <i>LEX LOCI EXECUTIONIS</i> E <i>DE LOCUS REGIT ACTUM</i>	1050	3. JURISDIÇÃO	1112
9. DIREITO COMUNITÁRIO. CONCEITO, PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES SOCIAIS. UNIÃO EUROPEIA.	1050	4. AÇÃO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	1113
10. MERCOSUL. CONSTITUIÇÃO. LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES	1051	5. AUXILIARES DA JUSTIÇA	1115
11. JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES ..	1051	6. ATOS PROCESSUAIS	1116
✦ II. DIREITOS HUMANOS	1053	7. COMPETÊNCIA	1119
1. HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS.....	1053	8. PARTES, LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	1120
2. TEORIA, CONCEITOS E ELEMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS	1054	9. TUTELA PROVISÓRIA	1124
3. DECLARAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS	1055	10. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO, EXTINÇÃO DO PROCESSO E PROCEDIMENTO COMUM	1125
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	1067	11. DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA	1135
Luciano Alves Rossato		12. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA	1142
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1067	13. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	1148
1. DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS.....	1069	14. PROCESSO NOS TRIBUNAIS	1152
2. DEVERES DAS PARTES	1073	15. RECURSOS	1156
3. DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO	1074	16. AÇÕES CONSTITUCIONAIS	1163
4. DA COMPETÊNCIA.....	1076	DIREITO CIVIL	1167
5. DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	1079	Wellington Pereira	
6. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	1081	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1167
7. DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO	1084	✦ QUESTÕES	1169
8. DOS ATOS PROCESSUAIS	1084	1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO....	1169
9. DA TUTELA PROVISÓRIA.....	1085	2. PARTE GERAL.....	1171
10. DAS PROVAS	1087	2.1. DAS PESSOAS NATURAIS	1171
11. DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA	1093	2.1.1. MORTE PRESUMIDA	1176
12. DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	1095	2.2. DAS PESSOAS JURÍDICAS	1176
13. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA	1096	2.3. DOS BENS.....	1179
14. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	1099	2.4. DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	1179
15. DA ORDEM E DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	1100	2.4.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	1179
16. RECURSOS	1102	2.4.2. DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO.....	1181
		2.4.3. DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO ...	1182
		3. DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	1185
		3.1. DAS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES	1185

3.1.1.	DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS	1185	2.5.1.	GENERALIDADES	1242
3.1.2.	DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS	1185	2.5.2.	POSSE	1242
3.2.	DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	1186	2.5.3.	DA PROPRIEDADE	1244
3.2.1.	DA NOVAÇÃO	1186	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS		1246
3.2.2.	DA COMPENSAÇÃO	1187	1.	PARTE GERAL	1246
3.3.	DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	1187	1.1.	CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO	1246
3.3.1.	DA MORA	1187	1.2.	FRAUDE CONTRA CREDORES	1246
3.3.2.	DA CLÁUSULA PENAL	1188	1.3.	PRESCRIÇÃO	1246
4.	DOS CONTRATOS	1189	2.	CONTRATOS	1246
4.1.	DOS CONTRATOS EM GERAL	1189	2.1.	REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS	1246
4.2.	DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO	1191	2.2.	COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA	1246
4.2.1.	DA FIANÇA	1191	2.3.	CONTRATO DE COMPRA E VENDA	1246
5.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL	1191	2.4.	CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS	1247
5.1.	OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR	1191	2.5.	CONTRATO DE MÚTUO	1247
6.	DO DIREITO DE EMPRESA	1196	2.6.	CONTRATO DE SEGURO	1247
6.1.	DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS SÓCIOS	1196	2.7.	CONTRATO DE FIANÇA	1247
			2.8.	CONSÓRCIO	1247
			2.9.	JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA	1247
✦ DICAS		1197	3.	RESPONSABILIDADE CIVIL	1247
1.	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	1197	3.1.	DANO MORAL	1247
2.	O CÓDIGO CIVIL DE 2002	1199	3.2.	CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO	1248
2.1.	PARTE GERAL	1201	3.3.	AÇÃO REGRESSIVA – CONTRATO DE SEGURO	1248
2.1.1.	DAS PESSOAS NATURAIS	1201	3.4.	ACIDENTE DE TRÂNSITO	1248
2.1.2.	DAS PESSOAS JURÍDICAS	1207	3.5.	CONTRATO DE TRANSPORTE	1248
2.1.3.	DO DOMICÍLIO	1211	3.6.	ESTABELECIMENTO BANCÁRIO	1249
2.1.4.	DOS BENS	1212	3.7.	FURTO EM ESTACIONAMENTO	1249
2.1.5.	DO FATO JURÍDICO	1213	3.8.	LEI DE IMPRENSA	1249
2.1.6.	DO NEGÓCIO JURÍDICO	1214	3.9.	MORTE DE FILHO MENOR	1249
2.1.7.	TEORIA DAS INVALIDADES DO NEGÓCIO JURÍDICO	1218	3.10.	COBRANÇA EXCESSIVA	1249
2.1.8.	DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	1218	4.	DIREITO DAS COISAS	1249
2.1.9.	DA PROVA	1221	4.1.	POSSE	1249
2.2.	DAS OBRIGAÇÕES	1222	4.2.	USUCAPÃO	1249
2.3.	DOS CONTRATOS	1229	4.3.	AÇÕES POSSESSÓRIAS	1249
2.3.1.	TEORIA GERAL	1229	DIREITO PREVIDENCIÁRIO		1251
2.3.2.	CONTRATOS EM ESPÉCIE	1236	<i>Adriana Menezes</i>		
2.3.3.	DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA DE GARANTIAS	1239	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES		1251
2.4.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL	1240	✦ QUESTÕES		1253
2.5.	DIREITO DAS COISAS	1241			

1. SEGURIDADE SOCIAL – SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1253	18. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – BPC LOAS.....	1326
2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURIDADE SOCIAL	1255	19. PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	1329
3. DEPENDENTES DO RGPS.....	1256	20. CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	1334
4. ACIDENTE DO TRABALHO	1257	21. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	1334
5. DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE	1264	22. O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	1336
6. DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	1267	23. CRIMES PREVIDENCIÁRIOS	1338
7. A CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS.....	1268	23.1. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA	1338
8. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E AOS CRÉDITOS DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL	1269	23.2. CRIME DE SONEGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	1339
✦ DICAS (RESUMO)	1271	23.3. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO	1340
1. SEGURIDADE SOCIAL – CONCEITO E EVOLUÇÃO	1271	23.4. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	1340
2. CONSELHOS.....	1277	23.5. INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES.....	1340
2.1. O CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA (CNPES)	1277	23.6. MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES	1340
2.2. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)	1278	24. AÇÕES JUDICIAIS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	1341
2.3. CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDENCIAL SOCIAL (CRPS)	1278	✦ SÚMULAS IMPORTANTES.....	1342
3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	1279	1. DOS SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1342
4. OS BENEFICIÁRIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)	1281	1.1. EMPREGADOS.....	1342
5. DO ACIDENTE DO TRABALHO.....	1289	1.2. SEGURADOS ESPECIAIS	1342
6. DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS.....	1291	1.3. SEGURADOS CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS	1343
7. SEGURO-DESEMPREGO	1313	2. DOS DEPENDENTES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1343
8. DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	1314	3. DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1343
9. FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – PARTE CONSTITUCIONAL	1315	3.1. AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA	1343
10. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	1316	3.2. AUXÍLIO-ACIDENTE.....	1344
11. DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS.....	1320	3.3. APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE	1344
12. DA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS E DO EMPREGADOR DOMÉSTICO	1321	3.4. APOSENTADORIA POR IDADE.....	1345
13. DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	1324	3.5. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO....	1345
14. DOS PRAZOS DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	1324	3.6. APOSENTADORIA ESPECIAL.....	1345
15. DAS OUTRAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL	1326	3.7. SALÁRIO-MATERNIDADE	1346
16. DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.....	1326	3.8. PENSÃO POR MORTE.....	1346
17. DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL	1326	3.9. SALÁRIO-FAMÍLIA	1346
		3.10. OUTRAS SÚMULAS SOBRE BENEFÍCIOS E AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	1347
		4. DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	1347

4.1.	DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1347	4.4.	TERRITORIALIDADE E EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL.....	1365
4.2.	DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	1348	4.5.	PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO	1366
4.3.	DA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS.....	1348	4.6.	TRANSFERÊNCIA DE EXECUÇÃO DE PENA.....	1366
5.	DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	1349	4.7.	IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL.....	1366
6.	DA CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO	1349	5.	TEORIA DO DELITO.....	1366
7.	DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1349	5.1.	TEORIA DO TIPO. O FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS	1368
8.	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – BPC.....	1349	5.1.1.	CONDUTA.....	1368
9.	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	1350	5.1.2.	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE. TEORIAS. IMPUTAÇÃO OBJETIVA	1369
10.	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	1350	5.1.3.	TIPICIDADE.....	1370
11.	CRIMES PREVIDENCIÁRIOS	1350	6.	ANTI JURICIDADE.....	1370
12.	SEGURO-DESEMPREGO	1350	6.1.	CULPABILIDADE	1371
DIREITO PENAL		1351	6.2.	CONDIÇÕES OBJETIVAS DE PUNIBILIDADE E ESCUSAS ABSOLUTÓRIAS	1372
<i>Danilo da Cunha Sousa</i>			6.3.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. ARREPENDIMENTO POSTERIOR. CRIME IMPOSSÍVEL.....	1372
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES		1351	7.	ERRO.....	1373
✦ QUESTÕES.....		1353	8.	DO CONCURSO DE PESSOAS	1374
1.	PARTE GERAL.....	1353	9.	PARTE ESPECIAL	1374
2.	PARTE ESPECIAL	1354	9.1.	CRIMES CONTRA A PESSOA	1374
2.1.	CRIMES CONTRA A PESSOA.....	1354	9.1.1.	CRIMES DE PERICLIÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	1374
2.2.	CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	1356	9.1.2.	CRIMES CONTRA A HONRA.....	1375
2.3.	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	1358	9.1.3.	CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL.....	1376
2.4.	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	1358	9.2.	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	1379
2.5.	CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1360	9.2.1.	NOVIDADES TRAZIDAS PELA LEI Nº 13.718/2018	1381
2.6.	CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA	1360	9.3.	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	1382
3.	LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	1361	9.4.	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1384
✦ DICAS.....		1363	9.5.	CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	1397
1.	PARTE GERAL.....	1363	10.	OUTROS CRIMES.....	1398
2.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PENAL	1363	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS.....		1408
2.1.	ANALOGIA.....	1363	1.	APLICAÇÃO DA LEI PENAL	1408
3.	CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS	1364	2.	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	1408
4.	APLICAÇÃO DA LEI PENAL	1364	3.	PENA.....	1408
4.1.	A LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	1364	4.	PRESCRIÇÃO	1409
4.2.	TEMPO E LUGAR DO CRIME.....	1365			
4.3.	LEI PENAL EXCEPCIONAL, ESPECIAL E TEMPORÁRIA	1365			

5. TIPIFICAÇÃO PENAL	1409
6. EXECUÇÃO PENAL	1409
7. ESTATUTO DO DESARMAMENTO	1410
8. LEI DE DROGAS	1410

DIREITO EMPRESARIAL..... 1411

Daniel Trindade

✦ QUESTÕES..... 1413

1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL.....	1413
2. EMPRESÁRIO	1414
3. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1414
4. DIREITO SOCIETÁRIO	1415
4.1. SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS	1415
4.2. SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	1416
4.3. SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES.....	1417
4.4. SOCIEDADES LIMITADAS.....	1417
4.5. SOCIEDADE ANÔNIMA	1418
4.6. SOCIEDADES COOPERATIVAS	1419
4.7. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	1420
5. DIREITO FALIMENTAR E RECUPERACIONAL.....	1420

✦ DICAS (RESUMO)..... 1425

1. TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL.....	1425
2. EMPRESÁRIO	1427
3. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1428
4. REGISTRO E ESCRITURAÇÃO	1431
5. DIREITO SOCIETÁRIO	1432
6. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1440
7. TÍTULOS DE CRÉDITO	1441
8. CONTRATOS EMPRESARIAIS	1451
9. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA	1458
9.1. ASPECTOS GERAIS.....	1458
9.1.1. APLICABILIDADE DA LEI.....	1458
9.1.2. COMPETÊNCIA.....	1458
9.1.3. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1458
9.1.4. VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS.....	1458
9.1.5. ADMINISTRADOR JUDICIAL.....	1458
9.1.6. ASSEMBLEIA DE CREDORES.....	1459

9.1.7. COMITÊ DE CREDORES.....	1459
9.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL	1459
9.2.1. COMPETÊNCIA	1459
9.2.2. LEGITIMADOS.....	1459
9.2.3. CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO.....	1460
9.2.4. PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1460
9.3. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL	1461
9.4. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	1461
9.5. FALÊNCIA	1462
9.5.1. INCIDÊNCIA DA LEI	1462
9.5.2. ÓRGÃOS DA FALÊNCIA.....	1462
9.5.3. EFEITOS DA FALÊNCIA	1463
9.5.4. PROCESSO DE FALÊNCIA.....	1463
9.6. PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO	1464
9.7. INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA	1464
9.8. REALIZAÇÃO DO ATIVO	1464
9.9. CLASSIFICAÇÃO E PAGAMENTO DOS CREDORES.....	1464
9.10. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA.....	1465
9.11. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO	1465
9.12. PRINCIPAIS NOVIDADES TRAZIDAS PELA LEI 14.112, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2020.....	1465
10. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	1466

REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO..... 1473

Plínio Marcos Prudente Rocha

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1473
--	------

✦ QUESTÕES..... 1475

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL.....	1475
2. O MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	1476
3. PRINCÍPIOS, GARANTIAS E VEDAÇÕES	1478
4. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1480
5. MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO: ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E CARREIRA	1482
6. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	1487
6.1. ORGANIZAÇÃO	1487
6.1.1. PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO	1487
6.1.2. CONSELHO SUPERIOR DO MPT.....	1489

6.1.3.	CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO ..	1491	1.1.	ECOLOGIA: TEORIAS E CONCEITOS BÁSICOS.....	1521
6.1.4.	CORREGEDORIA	1491	1.2.	DIREITO E ECOLOGIA	1522
6.1.5.	COLÉGIO DE PROCURADORES DO TRABALHO.....	1492	1.3.	DIREITO DO TRABALHO E ECOLOGIA	1523
6.2.	PRERROGATIVAS INSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS....	1492	1.4.	INTERDISCIPLINARIDADE DO DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO.....	1523
6.3.	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO: DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DA LC 75/1993.....	1495	1.5.	ANTROPOCENO. DISTINÇÃO HUMANO/CULTURA E NATUREZA: PANORAMA E CRÍTICA. CRISE CLIMÁTICA	1524
✦	DICAS (RESUMO)	1500	1.6.	TRABALHO E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA JUSTA	1525
✦	SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIAS APLICÁVEIS	1500	1.7.	SOCIEDADE DE RISCO.....	1526
1.	PRINCÍPIOS, GARANTIAS, VEDAÇÕES E PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DO MPU/ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1500	2.	MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO. ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO E ESTADO ECOLÓGICO DE DIREITO. MÍNIMO EXISTENCIAL ECOLÓGICO. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA, À SAÚDE E À INCOLUMIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DO TRABALHADOR. DIREITOS AMBIENTAIS PROCEDIMENTAIS. DEVERES FUNDAMENTAIS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE. EFICÁCIA HORIZONTAL. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE	1526
2.	REGULAMENTO DE CARREIRA (MEMBROS DO MPU E SERVIDORES PÚBLICOS).....	1501	2.1.	MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO. ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO E ESTADO ECOLÓGICO DE DIREITO.....	1526
✦	DICAS	1502	2.2.	MÍNIMO EXISTENCIAL ECOLÓGICO.....	1528
1.	ORGANIZAÇÃO DO MPU E DO CNMP	1502	2.3.	DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO	1528
2.	PRINCÍPIOS, GARANTIAS, VEDAÇÕES E PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DO MPU	1503	2.4.	DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO	1528
3.	FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MPU.....	1503	2.5.	DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA, À SAÚDE E À INCOLUMIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DO TRABALHADOR	1529
DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO.....	1505		2.6.	DIREITOS AMBIENTAIS PROCEDIMENTAIS.....	1529
<i>Tiago A. P. Anibal</i>			2.7.	DEVERES FUNDAMENTAIS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE	1532
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1505		2.8.	EFICÁCIA HORIZONTAL	1532
✦	QUESTÕES.....	1507	2.9.	FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE	1533
1.	MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO	1507	3.	MEIO AMBIENTE. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. PROTEÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL, LEGISLATIVA E REGULAMENTAR	1533
2.	RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	1508	3.1.	MEIO AMBIENTE	1533
3.	FONTES DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO	1510	3.2.	MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	1534
4.	MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO	1513	3.3.	PROTEÇÃO JURÍDICA DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR.....	1535
5.	FONTES DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO.....	1514	3.4.	POLÍTICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR.	1535
6.	MEIO AMBIENTE (VIGILÂNCIA E SAÚDE).....	1515			
7.	LEGISLAÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR	1517			
✦	DICAS	1521			
1.	ECOLOGIA: TEORIAS E CONCEITOS BÁSICOS. DIREITO E ECOLOGIA. DIREITO DO TRABALHO E ECOLOGIA. INTERDISCIPLINARIDADE DO DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO. ANTROPOCENO. DISTINÇÃO HUMANO/CULTURA E NATUREZA: PANORAMA E CRÍTICA. CRISE CLIMÁTICA. TRABALHO E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA JUSTA. SOCIEDADE DE RISCO.....	1521			

3.5.	VIGILÂNCIA E SAÚDE	1537	6.	POLUIÇÃO AMBIENTAL TRABALHISTA. CONCEITO, RISCOS AMBIENTAIS TRABALHISTAS E REPERCUSSÕES. GREVE AMBIENTAL	1547
3.6.	SAÚDE MENTAL NO TRABALHO	1538	6.1.	POLUIÇÃO AMBIENTAL TRABALHISTA. CONCEITO..	1547
3.7.	NORMAS AMBIENTAIS COM REPERCUSSÃO SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR.....	1539	6.2.	RISCOS AMBIENTAIS TRABALHISTAS E REPERCUSSÕES.....	1548
3.8.	COMPETÊNCIA JURISDICIONAL, LEGISLATIVA E REGULAMENTAR.....	1540	6.3.	GREVE AMBIENTAL	1548
4.	PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO: PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO, PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO, PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR, PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL, PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO, PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL, PRINCÍPIO <i>IN DUBIO PRO</i> AMBIENTE, PRINCÍPIO DA TRANSVERSALIDADE, PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE AMBIENTAL	1541	7.	TRABALHO EM CONDIÇÕES PREJUDICIAIS À SAÚDE E À SEGURANÇA. TRABALHO PERIGOSO, INSALUBRE E PENOSO. ADICIONAIS	1549
4.1.	PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO.....	1541	7.1.	TRABALHO EM CONDIÇÕES PREJUDICIAIS À SAÚDE E À SEGURANÇA.....	1549
4.2.	PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO	1541	7.2.	TRABALHO PERIGOSO, INSALUBRE E PENOSO. ADICIONAIS	1549
4.3.	PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR	1541	8.	LEGISLAÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR. NORMAS REGULAMENTADORAS SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO URBANO E RURAL. NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO. COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA). SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO (SESMT). PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO). PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR)	1550
4.4.	PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	1542	8.1.	LEGISLAÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR	1550
4.5.	PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL	1542	8.2.	NORMAS REGULAMENTADORAS SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO URBANO E RURAL	1551
4.6.	PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	1543	8.3.	NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO.....	1552
4.7.	PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO	1543	8.4.	COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES [E DE ASSÉDIO] (CIPA)	1552
4.8.	PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL.....	1544	8.5.	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO (SESMT)	1554
4.9.	PRINCÍPIO <i>IN DUBIO PRO</i> AMBIENTE	1544	8.6.	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO)	1554
4.10.	PRINCÍPIO DA TRANSVERSALIDADE	1545	8.7.	PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR)	1554
4.11.	PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE AMBIENTAL	1545	9.	RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL. TEORIAS. RISCO. RESPONSABILIDADE CIVIL PREVENTIVA. RESPONSABILIDADE INTERGERACIONAL. DANO AMBIENTAL TRABALHISTA PRESENTE E FUTURO. PRESCRIÇÃO. PREVENÇÃO, ABRANGÊNCIA E REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL TRABALHISTA	1555
5.	FONTES DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, OPINIÕES CONSULTIVAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, CONVENÇÕES DA OIT E LEGISLAÇÃO EM MATÉRIA DE SAÚDE NO TRABALHO. HIERARQUIA DAS CONVENÇÕES DA OIT E DOS TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL. DIÁLOGO DAS FONTES	1546	9.1.	RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL.....	1555
5.1.	FONTES DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, OPINIÕES CONSULTIVAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, CONVENÇÕES DA OIT E LEGISLAÇÃO EM MATÉRIA DE SAÚDE NO TRABALHO	1546	9.2.	TEORIAS. RISCO.....	1555
5.2.	HIERARQUIA DAS CONVENÇÕES DA OIT E DOS TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	1546			
5.3.	DIÁLOGO DAS FONTES	1547			

9.3.	RESPONSABILIDADE CIVIL PREVENTIVA. RESPONSABILIDADE INTERGERACIONAL. DANO AMBIENTAL TRABALHISTA PRESENTE E FUTURO ...	1556	10.	POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SEGURANÇA DE BARRAGENS. LEI DE BARRAGENS.....	1558
9.4.	PRESCRIÇÃO	1557	10.1.	POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS.....	1558
9.5.	PREVENÇÃO, ABRANGÊNCIA E REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL TRABALHISTA	1557	10.2.	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SEGURANÇA DE BARRAGENS	1559
9.6.	ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS: CARACTERIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE JURÍDICA.....	1558	10.3.	LEI DE BARRAGENS.....	1559
			11.	LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS.....	1560
			12.	JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO	1560